



GAZETA

Outubro de 2010 - Nº 3 - Publicação do Departamento de Arqueologia e Antropologia/FLCS

**Aprovados novos cursos
de Antropologia e de
Arqueologia**



Entrevista: Rafael da Conceição

**“Muita pesquisa é instrumentalizada,
ideologica e economicamente!”**



**Museu de Arqueologia
abre em 2011**

FICHA TÉCNICA



Gazeta

Propriedade do Departamento de Arqueologia e Antropologia/FLCS

Gazeta nº 3 – Outubro de 2010
Campus Universitário Principal
Av. Julius Nyerere, nº 3453
Caixa Postal 257
Tel. +258 21410138
Website: <http://www.flcs.uem.mz>

Apoio

Programa Desafio/VLIR – Grupo “Género, Saúde e Assuntos de Família – DAA/FLCS”

Directora

Margarida Paulo
(margarida.paulo@uem.mz)

Conselho de Redacção

Décio Muianga
Elísio Jossias
Esmeralda Mariano

Colaboradores

Carlos Matusse & Lizete Mangueleze

Revisão

José Pimentel Teixeira

Composição/Impressão

CIEDIMA, SARL

Distribuição

DAA/FLCS

Nº de registo

DISP.REG/GABINFO-DEC/2009

EDITORIAL

A Gazeta joga um papel único na disseminação de informação e de tópicos de pesquisa realizados nas duas áreas científicas do DAA, a Arqueologia e a Antropologia. A pesquisa nas duas áreas disciplinares tem dado maior ênfase à interdisciplinaridade. Assim sendo docentes e investigadores afectos ao Departamento têm contribuído de forma significativa em diversas áreas das ciências sociais. Esta fórmula tem produzido resultados encorajadores, muitos dos quais publicados em forma de livros, artigos científicos e apresentados em conferências dentro e fora do país. Fazem parte desse trabalho as pesquisas nas áreas de conservação do património cultural, arqueológico e da memória colectiva, saberes e práticas nas áreas da saúde e doença, sexualidade, género, reassentamentos, pobreza e desenvolvimento.

Com o sucesso do trabalho desenvolvido pelo DAA nas últimas 4 décadas, no próximo ano académico (2011) teremos a introdução da licenciatura em Arqueologia, algo que acontece pela primeira vez no país. Desta forma teremos um papel educacional e científico com responsabilidades acrescidas num momento crucial em que a UEM está engajada na reforma curricular e dos procedimentos de ensino e aprendizagem. Estas mudanças produziram resultados no DAA com a aprovação dos currículos para os cursos de Antropologia e Arqueologia.

Finalmente, vimos expressar os nossos agradecimentos a todos os que, directa ou indirectamente, contribuem para que as publicações referidas fossem uma realidade. A nossa tarefa é tornar cada vez mais visível o trabalho diário desenvolvido no DAA. Fica lançado o desafio de melhorarmos a nossa presença em cada edição desta Gazeta. A começar pela apresentação que nesta edição aparece com outro formato. O nosso desafio é trazeremos conteúdos à altura das nossas realizações e que vão de encontro às expectativas dos que nos lêem. Para tal contamos com a vossa colaboração, mandando-nos sugestões e comentários.

Décio Muianga

Sessão de abertura do ano académico para o curso de Antropologia

As sessões de abertura formal do ano académico foram introduzidas no DAA no ano lectivo 2006. Em 2010 a cerimónia foi realizada a 3 de Março e contou com dois momentos marcantes: uma aula inaugural proferida por Ana Maria Loforte que versou sobre “Percepções e papel do antropólogo nos programas de saúde pública” e uma palestra proferida por Sheila S. Walker proveniente dos EUA que falou sobre “A diáspora africana nas Américas”.

Ana Maria Loforte, actualmente exerce as funções de Chefe de Secção de Antropologia no DAA e destaca-se nas pesquisas em áreas como Género, Saúde e Sexualidade.

Sheila S. Walker, uma especialista em antropologia cultural e cineasta, é Directora Executiva da Afrodiaspora, Inc., uma organização sem fins lucrativos, que está a realizar uma série documental e a elaborar materiais educativos sobre a integração de Africanos na

Diáspora. Realizou vastas visitas de campo, palestras, consultas, e participou em eventos culturais em grande parte de África e da Diáspora Africana. Baseando-se nestas experiências, organizou uma conferência internacional sobre “A Diáspora Africana e o Mundo Moderno”; editou o livro “Raízes Africanas/Culturas Americanas: África na Criação das Américas”; e produziu o documentário “África Dispersa: Rostos e Vozes da Diáspora Africana”.

Aprovados cursos de Antropologia e de Arqueologia

No âmbito das reformas da UEM, o DAA introduziu alterações ao curso de Antropologia no ano 2009 e caminha para a introdução de um novo curso de Arqueologia. Quanto ao curso de Antropologia, este passou para um formato de 3 anos, denominado 1º ciclo, seguindo os requisitos da nova Política de Ensino Superior recentemente aprovada. O mesmo modelo é seguindo no curso de Arqueologia que entrará em vigor no próximo ano lectivo, 2011. Como corolário do processo de reformas no passado dia 24 de Setembro foram aprovados os dois currículos durante a última sessão do Conselho Universitário.

Dois aspectos inovadores destacam-se nos dois cursos, nomeadamente a introdução do sistema de créditos e de um sistema de ensino e aprendizagem que tem no aluno a factor fundamental da aprendizagem. Constitui ainda novidade para o curso de Antropologia, um regulamento para o regime pós-laboral que prevê uma redução da carga horária semestral e uma extensão por mais dois semestres relativamente ao regime laboral, com ganhos previsíveis no aproveitamento dos estudantes.

Projecto PAC contribui para a preservação do património Cultural

No âmbito do projecto Património Arqueológico e Cultural (PAC) foi reabilitada uma antiga escola e transformada em museu local de Metangula denominado Nyumba Ya Mbili Dja Kale que em língua Nyanja significa casa de exibição de objectos antigos, que colecciona um conjunto de material cultural tangível que inclui artefactos líticos, cerâmicas e outros artefactos que representam o percurso histórico das sociedades antigas e modernas dos Distritos de Lago e de Sanga.

Para além da cultura material, o Museu Local de Metangula abarca igualmente a colecção da tradição oral, sobretudo a informação referente a tradições da dinâmica do vestuário, dança, folclore, as chefaturas, economia, etc.



Antes

Antiga Escola de Mchenga, Metangula



Depois

Museu Local de Metangula

Carla Braga premiada pela IFUW

A IFUW (Federação Internacional de Mulheres Universitárias) sediada na Suíça concede em cada dois anos, prémios internacionais para investigação em diversas áreas. Na sua última edição, 2008/2009, foram agraciadas dez investigadoras.

Entre as contempladas encontram-se três investigadoras africanas, oriundas de Moçambique, Nigéria e Egipto. De Moçambique foi contemplada Carla Braga, que concorreu com o projecto de pesquisa intitulado “Biopolíticas Transnacionais: Mulheres e Tratamento Anti-retroviral no Centro de Moçambique”.

Trata-se do projecto de tese de doutoramento que procura analisar a interacção entre os pacientes e o tratamento anti-retroviral a partir de dois ângulos: as técnicas de disciplina, regulamentação e subjectivação associadas ao tratamento, assim como o modo como biopolíticas neoliberais e transnacionais afectam o corpo e a vida de mulheres e homens que vivem com HIV/SIDA na província de Manica.

Programa Desafio e DAA apoiam a capacitação institucional da UEM

DESAFIO/MLIR é um programa de Desenvolvimento Inter-universitário em Saúde Reprodutiva, HIV/SIDA e Assuntos de Família, através da investigação multidisciplinar estabelecido entre a UEM e as Universidades Flamenegas da Bélgica. Este programa integra o Projecto Género, Saúde e Assuntos de Família (P3) integrado no Departamento de Arqueologia e Antropologia, com coordenação de Esmeralda Mariano. Entre os meses de Março e Agosto, foram organizados dois cursos orientados para docentes, investigadores e outros interessados. Trata-se de cursos sobre “Género, Saúde e Direitos Humanos” e “Métodos Qualitativos para Estudos Sócio-culturais” que foram facilitados por docentes do DAA e do Departamento de Sociologia da FLCS, nomeadamente Ana Maria Loforte, Nair Teles, Rehana Capurchande, Elísio Jossias e Eugénio Brás. Para 2011 estão previstos mais cursos de capacitação.

DAA recebe estudante de doutoramento em Antropologia Social da Universidade de Basileia, Suíça

Barbara Heer está desde o mês de Setembro de 2010, no DAA onde encontra-se a realizar a sua pesquisa baseada num projecto intitulado “Exploring the public – A comparative Ethnography of Public Space in Maputo and Johannesburg”. O objectivo do projecto é compreender a relação entre espaço público e a esfera pública nas cidades pós-coloniais. A pesquisa adopta uma abordagem comparativa de duas cidades no Sul de África, Joanesburgo e Maputo, ambas as cidades altamente segregadas, com semelhanças no desenvolvimento histórico da segregação, mas com diferenças na forma como as mesmas são imaginadas e experimentadas nos dias de hoje. A pesquisa procura olhar as implicações da crescente perda dos espaços públicos das cidades decorrente da sua privatização, um estudo relevante num contexto de crescimento das cidades africanas e conseqüente transformação dos espaços públicos.

Nesta pesquisa está envolvido um antigo estudante de Antropologia, Fernando Félix Tivane, como Assistente de Pesquisa.

Estudantes de Antropologia vencedores do Concurso de Monografias Universitárias sobre (Homo)Sexualidades

Em Moçambique a questão da sexualidade humana tem sido pouco estudada e documentada. Raros são os estudos sobre a questão específica das (homo)sexualidades, suas dinâmicas e realidades. Como consequência, esses grupos não são incluídos nas iniciativas e programas de promoção da saúde resultando na sua exclusão das acções de promoção da saúde sexual e reprodutiva no país.

Para reverter este cenário, e no âmbito de suas actividades de pesquisa e extensão que preconizam a produção de conhecimento útil para a sociedade, o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em parceria com Associação Lambda e UNFPA/Pathfinder, lançaram um concurso de “Monografias Universitárias sobre (homo)sexualidades”.

O concurso visava estimular a produção de conhecimento científico e documentação das (homo)sexualidades em Moçambique para além de trazer uma contribuição na definição de programas de direitos humanos e saúde sexual e reprodutiva que sejam relevantes e consentâneos com a realidade Moçambicana.

Os organizadores do concurso definiram três

linhas de pesquisa a saber, a) Acessibilidade a Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e (homo)sexualidades; b) Direitos Humanos e (homo)sexualidades (discriminação, preconceito e estigma) e c) (homo)sexualidades e identidades. Foi elaborado um edital e respectivos termos de referência e formulários de inscrição ao Concurso, posteriormente procedeu-se à divulgação do concurso pelas instituições de ensino superior sediadas na cidade de Maputo. Depois da selecção de 15 candidatos foi oferecido um curso de curta duração aos concorrentes realizado em Janeiro de 2010 no DAA.

No final foram submetidas oito (8) monografias das quais cinco (5) na linha sobre "(homo)sexualidades e identidades" e as restantes três (3) na linha sobre "Direitos Humanos e (homo)sexualidades (discriminação, preconceito e estigma)". Submetidas as monogra-



Da esquerda para direita: Emílio Adélia Meque, António Martins Timbana, Valdimar Osvlado António, Emídio Gune (atrás docente do DAA) e Elísio Jossias (à esquerda: Director de Curso de Antropologia).

fias foi criado um júri composto por um representante da Pathfinder, um da Lambda, um do FNU-AP e dois da UEM-FLCS-DAA.

Por fim o júri decidiu pela atribuição do prémio a três concorrentes cujas monografias receberam a melhor classificação. São eles Emílio Adélia Meque, com a monografia intitulada "Quando sexo e identidades se des-encontram:

identidades sexuais como espaço de subjectividades", Valdimar Osvlado António, com o título "Redes sociais de homossexuais na construção do seu espaço", e por fim António Martins Timbana que escreveu sobre "Representações sobre construções identitárias de homossexuais do sexo feminino na cidade de Maputo".

"Healers, nurses, obstetrics-gynaecologists dealing with women in the quest to become pregnant in Southern Mozambique"

Autores: Esmeralda Mariano, Mário Samucidine, Inês B. Boaventura & C. Palha de Sousa

Fonte: *Facts, Views & Vision - Issues in Obstetrics, Gynecology and Reproductive Health in OGGyn - Social aspects of accessible infertility care in development countries, Monograph: 43-50*

O artigo aborda as expectativas das pessoas em relação a prole, que não se confina apenas à dimensão tempo-ral do ciclo biológico, mas interliga-se com o após morte e as relações entre o indivíduo e os espíritos dos antepasados. Os indivíduos tentam gerir e esforçam-se em pôr em equilíbrio os aspectos mais diversos entre eles para criar um universo onde cada um se possa identificar. Não ter filhos é

um evento infeliz, que perturba a regularidade e continuidade que um conjunto de sistemas simbólicos tenta estabelecer. Na comunidade, o médico tradicional (nyanga) tem o papel de tornar contínuo o descontínuo, de restabelecer a continuidade perturbada, e de recriar as condições de reconhecimento.

As práticas diagnósticas e terapêuticas dos médicos tradicionais emergem de um sincretismo do conhecimento local e das premissas da biomedicina. A combinação entre os ti-nyanga e o hospital constitui-se como um campo dinâmico de interações próximo do pensamento e das práticas quotidianas dos indivíduos. O artigo conclui que o posicionamento privilegiado dos ti-nyanga na vida social é determinante e fundamental na perspectiva de

se estabelecer um diálogo entre paradigmas médicos diferentes, na compreensão e gestão dos aspectos relativos à incapacidade generativa.

"Opitanha revisitada: Avaliação das implicações do PARPA II no Norte rural de Moçambique 2006-2009"

Autores: Margarida Paulo, Inge Tvedten e Carmeliza Rosário.

O estudo é parte de um exercício amplo de monitoramento e avaliação da estratégia de redução da pobreza em Moçambique, com recurso a dados qualitativos e quantitativos.

A análise comparativa permitiu detectar alguns avanços em temas de governação local, infra-estrutura física e opções de mercados agrícolas. No entanto, essas melhorias beneficiaram os que já se encon-

travam em melhor situação e tiveram poucas implicações para os mais pobres. O estudo pode ser consultado no endereço: <http://www.cmi.no/publications/file/3694-opitanha-revisitada.pdf>.

“Construção Zimbabwe” na Revista M de Moçambique, no 3, Julho/Agosto 2010.

Autora: Solange Macamo

O artigo analisa a construção em plataforma na região de Songo, província central de Tete.

A construção em plataforma faz parte de uma tradição cultural Zimbabwe que consiste, sob o ponto de vista arquitectónico, em construções em pedra sem argamassa a uni-las. Esta tradição está presente na região Austral sobretudo em Angola, África do Sul, Botswana, Moçambique e Zimbabwe e data dos séculos XI a XV. A sua maior presença foi observada na actual Republica do Zimbabwe, onde também foi encontrada a maior construção deste tipo: o Grande Zimbabwe.

Conhecem-se dois tipos de construção Zimbabwe, diferenciados pela maneira como eram posicionadas as casas onde viviam os chefes. As casas eram circundadas pelo amuralhado ou colocadas por cima de uma plataforma. A construção em plataforma que é evidenciada no Songo, segue-se ao habitual amuralhado Zimbabwe, indo até ao séc. XVIII e XIX e coincide com o Estado de Mutapa. O artigo apresenta um breve historial da investigação levada a cabo em volta da plataforma de Songo e discute o seu enquadramento no novo Estado de Mutapa. Partindo da descrição física da plataforma e das relações de poder, considera-se que a esta constituiu na altura um centro regional do novo Estado de Mutapa, o qual sucedeu ao grande Zimbabwe (séc. XIII e XV). Argumenta-se que a localização do amuralhado de Songo na parte central do Planalto demonstra o posicionamento desta povoação como lugar privilegiado. A abordagem mais desenvolvida sobre o Songo e outros lugares privilegiados em Moçambique é apresentada na obra da autora “Privileged Places in South Central Mozambique” de 2006 que constituiu a tese de Doutoramento.

Community Based Cultural Heritage Management: a stepping stone towards sustainable cultural tourism. A case study of Vilanculos, Inhambane Province, Southern Mozambique

Autora: Kátia Claudina Filipe
Ano: 2009

Fonte: Studies in the African Past, Vol 8. The Journal of African Archaeology Network

O artigo resultou de uma pesquisa sobre o papel das comunidades locais na gestão das estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, no Distrito de Vilanculos, Província de Inhambane, no Sul de Moçambique.

A motivação para a pesquisa foi a necessidade cada vez mais crescente de valorizar e preservar o património histórico, arqueológico e cultural de

Moçambique e a possibilidade de combinar a gestão do património e o turismo cultural.

No artigo analisa-se a relevância da participação comunitária na divulgação da informação e na pesquisa arqueológica tendo em conta a possibilidade de combinar os interesses da comunidade e o dos técnicos de gestão do património.

Esta abordagem pretendeu ser um contributo para a possibilidade de adoptar uma abordagem alternativa de gestão do património, da base para o topo, contra a actual tendência de gestão do património com base no modelo de cima para baixo.

Estudo sócio-antropológico sobre reassentamento pós-cheias no vale do Zambeze: Tete, Manica, Sofala e Zambézia

Autores: Alexandre Mate (Coord.); Ana Loforte; Adérito Machava; Vitorino Sambo; Danúbio Lihaha; Carlos Trindade.

Ano: 2008

O DAA realizou um estudo dos bairros de reassentamento de Goli-Goli e Mandua (Mutarara), na província de Tete, de Campange e Muzunga II (Tambara), na província de Manica, de Magagade-sede e Nhamachelene, Zimbawe e Sombreiro (Caia), província de Sofala, e de Tenga ne e Suze (Morrumbala), província da Zambézia.

O estudo constitui uma Análise dos Aspectos Socioculturais, Económicos e Simbólicos que interferem na adesão ou não das populações no processo de reassentamento ao longo do vale do rio Zambeze.

Tinha como objectivo compreender as percepções de homens e mulheres sobre risco e ameaças ambientais e os mecanismos tradicionais (locais) de previsão. Explorou-se também a adesão das populações afectadas aos programas de reassentamento procurando identificar as motivações para a permanência nos novos centros de reassentamento no período pós-cheias, bem assim as que levam algumas pessoas a retornar aos locais de origem.

Especificamente a pesquisa orientou-se com base em quatro grandes componentes, nomeadamente, (i) Percepções Sobre Risco e Ameaças Ambientais; (ii) Actividades económicas e Nutrição; (iii) Terra, Condições de Habitação, Saneamento e Água; e (iv) Reassentamentos e Deslocações da População. A análise destas componentes integrou sempre a dimensão de género.

Neste contexto, o estudo é um instrumento de reflexão e produção de propostas para o melhoramento dos programas de reassenta-

mento em curso, relativamente a algumas fragilidades e constrangimentos, bem como recomendações para a maximização das potencialidades e oportunidades visando a melhoria das condições de vida da população reassentada.

Da análise feita permitiu identificar o papel determinante dos líderes comunitários (autoridades tradicionais) corporizada na orientação de certos rituais para propiciar a chuva, afastar as cheias e pragas. Entre as populações locais Prevalece um modelo classificatório dos riscos e ameaças ambientais onde as ameaças ambientais são classificadas em função dos danos que estas

provocam para as suas vidas (cheias, trovoadas/relâmpagos e pragas como gafanhotos, ratos e muchém/termiteiras). Se as cheias, secas, ciclones e trovoadas/relâmpagos são classificados como fenómenos da natureza fora do controlo do ser humano e inevitáveis, as pragas são atribuídas à acção de feiticeiros para destruir as culturas, particularmente a do milho para semear fome e desgraças nas pessoas.

As mudanças para os novos espaços teve como consequência uma maior pressão nas mulheres por via do aumento da carga de trabalho como por exemplo o seu envolvimento no fabrico de tijolos, aumento das distâncias para as

machambas,

A dimensão dos talhões atribuídos nos novos bairros de reassentamento que variam de 20x30m, 20x40m e 30x40m, respectivamente, constitui um dos obstáculos na aceitação dos novos locais por parte das populações vitmas das inundações uma vez que o modelo anterior de ocupação de espaço fazia coincidir a unidade de habitação, o espaço onde se desenvolvem actividades de produção e de colecta, de caça e de pastagem. O mesmo acontecendo com as casas projectadas e construídas que são de Tipo 2, o que não é suficiente para albergar os membros dos agregados familiares.

PESQUISAS

Pesquisas arqueológicas no baixo Zambeze – Sena

Autor: Hilário Madiquida

Os primeiros relatos sobre a existência de um importante entreposto comercial no baixo Zambeze provêm dos Árabes que se referiam como Sayuna, que achamos que seja Sena. A localização exacta de Sena é complexa uma vez existirem vários locais com a mesma designação. No antigo Mapa da África Oriental (século XII AD) (Chittick & Rotberg 1975, 138), aparecem duas cidades com a mesma designação, uma na foz do rio Rovuma e a outra na foz do rio Zambeze.

Várias informações (dos Santos 1999; Godinho 1963) indicam que Sena foi um grande entreposto comercial no passado e que aqui passavam vários produtos que iam para a costa assim como da costa para o interior e alguns dos produtos eram vendidos imediatamente aqui. Rita Ferreira (1982) argumenta que Sena foi fundado por um pequeno grupo de Árabes que desenvolviam o comércio à longa distância antes da chegada dos portugueses e

era uma pequena povoação de muçulmanos.

Duarte (1987, p. 5) refere que em Sena existe um local, perto da fortaleza, denominado por “NHACASSENA” diferente da fortaleza de Sena e que parece ser anterior à presença portuguesa nessa região. Se isso for verdade, será este local a pequena aldeia de muçulmanos referida por Rita Ferreira? Esta informação foi obtida muito recentemente apesar de estar já publicada desde 1987 e que requer mais trabalhos de reconhecimento para averiguar a veracidade dos factos que Duarte menciona.

O que então terá impulsionado o desenvolvimento do comércio neste local? A via de Sena representava pouco perigo e com o declínio do porto de Sofala em finais do século XV e a intensificação do comércio pela rota alternativa Tete-Sena-Angoche, criou uma grande prosperidade de Sena.

Em 2003 começamos com a prospecção em Sena, na par-

te baixa da margem direita do baixo Zambeze, nas encostas montanhosas de Balamwana (17°26'29.2"S; 035°01'58.6"E), numa zona um pouco elevada, a 210 Km da costa. Primeiro foi na fortaleza porque a população local acredita que o nome de “Sena” provem de lá e consideram como uma pedra divina trazida pelos deuses para protegerem a população local das guerras tribais e que os portugueses várias vezes removeram a pedra, mas no dia seguinte encontravam no mesmo lugar, então disseram, “essa é uma sena”, um dos mentores dessa mitologia era o falecido velho Lavo.

A pesquisa bibliográfica apurou que a fortaleza de Sena foi construída em 1572 por Francisco Barreto, o então governador de Moçambique e era feita de taipa e designava-se por Forte de S. Marçal, tendo no seu interior uma ermida e a casa da feitoria (Montez 1969). Tinha por objectivo principal controlar

o comércio de ouro que era escoado através do rio Zambeze.

Depois da fortaleza, fizemos a prospecção arqueológica em volta da vila de Sena e por todos os lados foram achadas evidências arqueológicas ligadas ao comércio à longa distância assim como a cerâmica local. Do levantamento feito indica que toda a vila constitui-se como uma estação arqueológica.

Contudo, a nossa escavação foi feita na fortaleza de Sena, porque, segundo alguns documentos (Montez 1969), os portugueses teriam construído a fortaleza por cima da antiga aldeia muçulmana e também é dentro da fortaleza onde havia a feitoria. Esta área foi transformada em cemitério o que não permitiu localizar a nossa escavação no local. Foram feitas duas Sanjas na fortaleza de Sena, de 3X3 m, uma do lado de fora da fortaleza, em Dezembro de 2007, com uma profundidade de 150 cm e, a outra, dentro da fortaleza em Agosto de 2008 com uma profundidade de 100 cm.

Em geral a área estava muito remexida, mas nas duas covas identificaram-se três níveis de ocupação caracterizados por solos cinzentos muito escuros (5YR 3/1) no primeiro nível, solos castanhos-escuros avermelhados (5YR 3/2) no segundo nível e solos castanhos no último nível (5YR 3/3).

O material aqui recolhido é muito diverso, a Sanja dentro da fortaleza forneceu alguns fragmentos de Olaria das primeiras comunidades agrícolas. Para além dessas evidências, encontramos nas duas covas grande quantidade de missangas e fragmentos de porcelana, grande quantidade de olaria local das recentes comunidades agrícolas, os artefactos metálicos, ossos de animais e conchas, o que indica uma grande diversidade do material e uma ocupação contínua desta área. Não foram encontrados quaisquer artefactos microlíticos, apesar de durante a prospecção

ter-se identificado alguns instrumentos líticos, machados da mão do Acheulense, nas encostas montanhosas de Balamwana.

Não restam dúvidas que a nossa pesquisa é meramente inicial e são necessárias mais escavações de forma a esclarecer quando é que os primeiros

Árabes chegaram a esta região e o que havia antes disso para que este local fosse escolhido para a construção de um entreposto comercial de grande prosperidade. A datação com o Carbono14 (C14), da primeira Sanja fora da fortaleza deu-nos a data de 1050 AD.

Artefactos de caçadores e de recolectores e pinturas rupestres do Centro de Moçambique

Autor: Décio Muianga

África Austral é conhecida pela arte rupestre San que se estende da península do Cabo até ao rio Zambeze. Contudo, para além do Zambeze não existem exemplos de arte rupestre San, mas sim entra-se na zona designada por Clark (1958) de Arte Rupestre Esquemática. Esta tradição é dominada por motivos geométricos, que Benjamin Smith (1995, 1997, 2006) designou por Tradição Geométrica Vermelha que foi elaborada por grupos caçadores e recolectores Batwa, que são parentes próximos dos modernos grupos de Pigmeus que residem em algumas regiões do centro. (figuras 1 & 2).

Nenhum exemplo de arte rupestre San foi encontrado a Norte do Zambeze e também o mesmo se verifica para a Tradição Geométrica Vermelha a Sul do Zambeze. O rio Zambeze é de pouca profundidade e é de fácil travessia, assim sendo, não constituía impedimento para as movimentações de caçadores e recolectores na região. As evidências arqueológicas encontradas nos últimos 50 anos de investigação mostram que o Zambeze representa uma espécie de fronteira/barreira (figura 3) para dois tipos distintos de caçadores e recolectores (San e Batwa).



Fig. 1 & 2: Pinturas rupestre BaTwa (geométricas) e pinturas rupestres San (naturalísticas).

No que toca aos instrumentos líticos, na África sub-sahariana, a sequência zambiana de microlíticos é uma das melhores conhecidas (Phillipson 1977). A colecção de instrumentos líticos da Idade da Pedra Superior encontrada no Nordeste

da Zâmbia foi designada de Indústria Nachikufiense. Inicialmente foi descoberta na caverna de Nachikufu e mais tarde nas estações arqueológicas de Kalemba, caverna Leopard Hill e noutras regiões que incluem o Sul do Malawi

(Clark 1959; Miller 1969; Juwayeyi 1981; Musonda 1983).

A sul do Zambeze os instrumentos líticos estão associados ao Complexo Oakhurst (Sampson 1974; Wadley 2000; Mitchell 2002, 2005), contemporâneo com Nachikufiense de 12000 a 8000 anos BP.

Em Moçambique, instrumentos líticos encontrados em escavações recentes na Serra Vumba (província de Manica) nas estações arqueológicas de Chinhamapere II e IV são muito semelhantes aos encontrados no mesmo período, tanto no Zimbabwe como na África do Sul (Saetersdal 2004). As datas variam entre 3000 BP até aos tempos históricos. Os instrumentos líticos da Idade da Pedra são atribuídos a caçadores e recolectores San que também são responsáveis pela elaboração da maioria as pinturas rupestres na Serra Vumba (Macamo & Saetersdal 2004; Satersdal 2004).

Actualmente menos de 100 estações arqueológicas com

pinturas rupestres são conhecidas em Moçambique. Tal cenário contrasta com os milhares de estações arqueológicas conhecidas e documentados na maioria dos outros países da África Austral. Pesquisas recentes em áreas restritas nas Províncias de Tete e Manica revelaram mais de 75 novas estações arqueológicas. Isso prova que Moçambique é tão rico em arte rupestre como seus vizinhos, mas que não foi devidamente pesquisado. Caçadores e recolectores foram os primeiros habitantes do actual território nacional e deixaram um vasto legado do Rovuma ao Maputo que pode servir para reconstituir a pré-história desconhecida ao público em geral.

Deste modo, no contexto das pesquisas de campo realizadas recentemente na região Centro do país, as evidências arqueológicas constituem a principal fonte de conhecimento do passado pré colonial. Num país como

Moçambique, onde as fontes escritas são escassas, as descobertas arqueológicas tornam-se cruciais para criar um sentido nacional de identidade e orgulho no nosso passado. Todavia, a grande maioria do país não foi ainda alvo de pesquisas no período pós-colonial, deste modo, temos uma vasta tarefa pela frente, em reescrever o passado de Moçambique. Largas prospecções e projectos de escavações são necessários

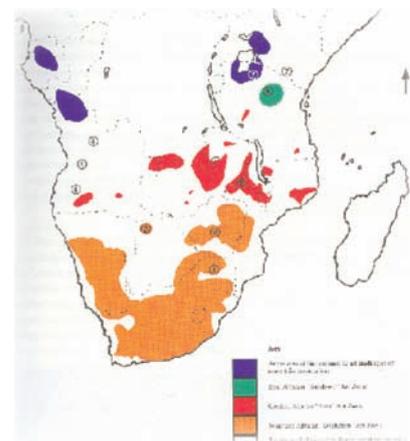


Figura 3: Mapa da divisão das tradições de arte rupestre existente em Moçambique

Pesquisa Arqueológica no Niassa no âmbito do projecto PAC



Fig. 1: Membros da equipa: Da direita à esquerda Ariana Fogelman, Julio Mercader, Mussa Raja e Tim Bennett

Uma equipa de arqueólogos da Universidade de Calgary, Canadá, e do Departamento de Arqueologia e Antropologia, da Universidade Eduardo Mondlane, lançou em 2003 um projecto de pesquisas Paleontológicas para a província do Niassa com objectivo de desvendar o enigma da evolução humana. As pesquisas enquadram-se no projecto denominado Património Arqueológico e Cultural (PAC) dirigido por Julio Mercader e composto por seguintes áreas de pesquisa: pesquisas arqueológicas, preservação do património histórico e cultural e Formação. Julio Mercader (www.ucalgary).



Fig. 2 & 3: Indústria lítica (Acha- dos da estação arqueológica de Mikuyu, Metangula, Niassa)

ca/mercader), docente da Uni- versidade de Calgary (Canadá) e professor visitante na Uni- versidade Eduardo Mondlane, é quem coordena o grupo de pesquisadores. Nessas pesqui- sas concentrou-se no estudo da Idade da Pedra Média com seguintes temáticas: a análise e estudo da indústria lítica, análise de resíduos de Amido para de- tectar a dieta alimentar do pas- sado, estudo das mudanças am- bientais ocorridas no Pleistoceno Médio e Superior e assentamen- to humano. De certa maneira, essas temáticas procuram re- sponder a seguinte questão: onde e quando os seres huma-

nos anatomicamente modernos ocuparam o Vale do Rift, espe- cificamente no Rift do Niassa? Com estas pesquisas foram descobertos vestígios indica- dores da presença humana na margem do Lago Niassa: evi- dências da indústria lítica e a exploração do ecossistema pelos homens da pré-história.



Estação arqueológica a céu aberto de Mikuyu (Distrito do Lago, Niassa)

Compreender o Espaço do lar na cidade africana

Trata-se de um projecto de pesquisa que iniciou em 2009 e que decorrerá até o ano 2011. Envolve a The Royal Academy of Fine Arts, School of Architecture, Copenhage, School of Architecture, Edinburg College of Art & School of the Build Environment, Heriot-Watt University, Centro de Estudos Africanos, ICTE-IUL, de Lisboa e a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM. Do DAA participa no projecto **Adriano Biza**, integrado na pesquisa etnográfica uma vez que o projecto concebe o espaço do lar enquanto um espaço socialmente constituído e um conceito culturalmente definido. A pesquisa etnográfica procura abordar as inter-relações ente os bairros, a cidade e o campo e as dinâmicas de construção e transformação dos espaços do lar.

PESQUISADORES

NOVOS PESQUISADORES PARA O DAA

Tendo em conta os desafios futuros, principalmente a introdução da nova licenciatura em Arqueologia, o DAA integrou 4 novos pesquisadores. Os novos pesquisadores são provenientes dos cursos de História e de antropologia. Trata-se de Mussa Rajá, Omar Madime, Hamilton Matsimbe e Jossias Humane respectivamente. Encontra-se também em colaboração Marta Langa, recentemente graduado no curso de História. Neste número estão apresentados os resumos dos trabalhos feitos para a conclusão dos respectivos cursos.

Mussa Raja, graduado em história, pelo Departamento de História da FLCS/UEM no ano 2008 com o trabalho intitulado: *"Mikuyu: Ocupação humana na margem Centro Oriental do Lago Niassa na Idade da Pedra Média"*.

A ocupação e a dispersão humana na Idade da Pedra em África suscitam grandes debates nos cientistas sociais e naturais. Os arqueólogos apontam que na África Subsahariana este processo ocorreu durante o período pré-histórico

da Idade da Pedra Média e períodos subsequentes. Entretanto, até então, não foram descobertas evidências de fósseis de homínidos que indicam a ocupação da Margem Centro Oriental do Lago Niassa neste período pré-histórico. Todavia, as evidências de artefactos líticos podem resolver este debate.

No âmbito desta pesquisa foram achadas evidências de artefactos líticos que correspondem à Idade da Pedra Média, isto na estação arqueológica de Mikuyu na Margem Centro Oriental do Lago Niassa. Esta estação formou-se no Pleistoceno Médio e Superior sendo que a função stratigráfica representa o período de ocupação humana na Idade da Pedra Média. As comunidades de caçadores e colectores ocuparam a margem do Lago Niassa, explorando de um modo contínuo os recursos do ecossistema.

Omar Madime, graduado em história, pelo Departamento de História da FLCS/UEM no ano 2008 com o trabalho intitulado *"Abrigos*

rochosos e instrumentos líticos: o caso da Estação Arqueo-lógica de Mouchiabaka, 1936- 2006”.

O presente ensaio, analisa e interpreta os instrumentos líticos da estação arqueológica de Mouchia-baka, no distrito de Manica. A análise cobre a Idade da Pedra Superior (LSA) que compreende os últimos 22 000 a 2 000 anos.

O tamanho, a forma e a feição, são subsídios incontestáveis para a inclusão de todo pacote artefactual da estação de Mouchiabaka. Esta é maioritariamente composta por instrumentos líticos (lascas, pontas, lâminas, raspadores, núcleos, fragmentos), cacos de cerâmica, restos de ossos, missangas, pedaços de cascas de ovos de avestruz, restos de carvão vegetal e pinturas rupestres. Estes vestígios da pré-história estão presentes nas estações arqueológicas da África Austral, incluindo Moçambique. Assim sendo, a informação histórica deste período não poderia completar-se sem fazer menção a estes elementos.

Da análise e interpretação do pacote artefactual de Mouchiabaka conclui-se que durante a LSA, a região de Manica era habitada por comunidades de caçadores e recolectores que assentavam preferencialmente nos abrigos rochosos e/ou grutas, de onde extraíam a matéria-prima para o fabrico de instrumentos de uso quotidiano, destacando a pedra (o quartzo) e a madeira. Por se tratar de comunidades dependentes do meio ambiente crê-se que estes locais seriam preferidos porque ofereciam condições de abrigo aceitáveis em momentos de mau tempo.

A microlitização dos instrumentos líticos durante a LSA, o uso de Osso polido, é um indicativo das mudanças operadas na vida das comunidades para se ajustar às exigências do meio ambiente, tal é o caso do surgimento da caça como actividade económica (Lombard 2005).

Outras evidências dão conta do uso de Missangas como objectos de adorno

e decoração, principalmente para o corpo feminino. Outro aspecto de destaque é o recurso a Arte Rupestre para motivos decorativos o que pode ser associado à criação da arte e a necessidade de deixar um legado sociocultural e económico. Esta é uma posição defendida por autores como Mitchell (2002) e Lewis-Williams (2004), quando afirmam que a arte rupestre representa um conjunto de actividades mágico-religiosas.

Jossias Humbane graduado em Antropologia pelo Departamento de História da FLCS/UEM no ano 2008 com o trabalho intitulado “*O papel do ritual mhamba na construção da identidade individual e colectiva dos indivíduos que nele participam.*”

O trabalho ora apresentado procura entender o papel do ritual *mhamba* na construção da identidade individual e colectiva dos indivíduos que nele participam, ou seja, de que forma o ritual *mhamba* constitui um momento em que são afirmadas as identidades dos indivíduos que participam no ritual. Tratou-se de uma pesquisa exploratória realizada para fins de obtenção de grau de licenciatura em Antropologia, na Universidade Eduardo Mondlane, levada a cabo com base em pesquisa documental, observação directa e análise de conteúdo. A observação directa foi efectuada na região de Cucoine, na Província de Gaza, local onde também foram feitas algumas entrevistas.

Do trabalho realizado constatou-se que o ritual *mhamba*, com todos elementos que a caracterizam, constitui um momento em que os indivíduos participantes exaltam um sentimento de pertença à uma terra de origem, a terra dos seus antepassados, actualizam sua língua materna, a língua Xichopi, uma vez que toda a cerimónia é realizada nesta língua. É também um momento onde são confirmadas as hierarquias do grupo familiar na medida em que os mais velhos se destacam em relação aos mais novos por serem conhecedores da

tradição do grupo. Nota-se por outro lado a transferência de um legado dos mais velhos para os mais novos e cumpre-se o preceituado na tradição da família, tudo isto contribuindo para afirmação da identidade desses mesmos indivíduos. Pode-se perceber ainda que a forma como os indivíduos dão significado ao ritual é formada pelos significados simbólicos culturais por eles partilhados que constituem a justificação para a participação no mesmo.

Hamilton Matsimbe graduado em história pelo Departamento de História da FLCS/UEM no ano 2008 com o trabalho intitulado: “*O Papel das ONG's internacionais no processo de reabilitação e reconstrução de Moçambique: o contributo da LWF, 1986-2005*”.

O trabalho procura analisar o impacto das ONG Internacionais, com especial enfoque a Luteran World Federation (LWF), no processo de reabilitação e reconstrução do País após o Acordo Geral de Paz de 1992.

A análise explora não só as condições internas mas a combinação de factores internos tais como a guerra, a seca e as cheias, com a conjuntura regional e internacional, nomeadamente o Sistema de Apartheid e a Guerra Fria. Esta perspectiva levou à constatação de que a presença massiva de ONG Internacionais em Moçambique resulta da combinação de conjunturas nacional, regional e internacional dos anos 1980 e 1990.

As dificuldades do Governo de Moçambique em gerir hegemonicamente o processo da reabilitação e reconstrução da vida de milhares de moçambicanos directamente afectados pela guerra, secas e cheias cíclicas, atribuirá as ONG um espaço multifacetado de actuação: reabilitação e construção de postos e centros de saúde, escolas e salas de aula, estradas e pontes, abertura de fontes de água, distribuição de sementes e introdução de novas técnicas de produção na agropecuária. As ONG também participaram na

concepção e implementação de vários programas que visavam empoderar as famílias necessitadas.

Marta Jaime Langa graduada em história, pelo Departamento de História da FLCS/UEM no ano 2010 com o trabalho intitulado “*Importância da Catalogação e Preservação do Espólio Arqueológico de Moçambique 1936-2008*”.

O trabalho tem como objectivo descrever e analisar o modelo de catalogação e preservação do material arqueológico existente no espólio arqueológico do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane. Existem nesse espólio materiais cerâmicos como olaria, materiais líticos, materiais orgânicos como conchas, e missangas, que de certa forma

contribuem para a reconstituição do passado das sociedades que habitaram o território que hoje é Moçambique. Assim, pesquisar as técnicas e métodos usados tanto na conservação quanto na catalogação de materiais arqueológicos revela-se fundamental por duas razões, sendo a primeira o facto de o espólio nunca ter sido pesquisado, apesar de ser o resultado de pesquisas feitas por cerca de 39 anos. Segundo, a análise do espólio pode mostrar o nível de rigorosidade usado na catalogação do material ali exposto e contribuir para a descrição dos métodos e técnicas usadas para a sua conservação.

Para realização deste trabalho fez-se, primeiro, uma revisão da literatura acerca de estudos ligados a catalogação e conservação de espólios arqueológicos destacando-se as pesquisas levadas a cabo por Adamowicz (1987). Em seguida, em Janeiro de 2008 fez-se uma visita ao

Museu Etnológico de Nampula com o objectivo de analisar a organização e o estado de conservação dos materiais arqueológicos existentes. Numa terceira fase, de Maio a Novembro de 2009 fez-se um trabalho de campo no espólio arqueológico do Departamento de Arqueologia e Antropologia. Nesta fase procurou-se descrever e analisar primeiro a organização do espólio e em seguida as técnicas usadas para a catalogação e conservação dos materiais.

Este estudo teve como principal constatação que a base de dados usada pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia não é actualizada apesar da pesquisa arqueológica ser feita com alguma regularidade. Assim, a base de dados não tem informações de resultados de pesquisas que vêm sendo realizadas nem de novas estações arqueológicas.

ENTREVISTA

Por: Elísio Jossias & Carlos Matusse

Entrevista com “Rafael da Conceição” Professor Auxiliar do DAA/FLCS

1 2



Rafael da Conceição iniciou-se na pesquisa no “Círculo de Interesse de História Popular”, na escola Secundária de Nampula, frequentou a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris VIII, França, entre 1981 a 1993. Entre 1981 e 1983, participou nas “Campanhas de Preservação e Valorização Cultural”. Entra para o Departamento de Arqueologia e Antropologia na altura da introdução do primeiro curso de Antropologia em Moçambique.

Elísio Jossias (EJ): Como é que inicia o seu envol-

vimento com a pesquisa socioantropológica?

Rafael da Conceição (RC): Entre 1977 e 1979, quando professor de história, em Nampula. Criamos os “Círculos de Interesse de História Popular”. Juntamos professores de história e estudantes das classes mais avançadas para fazer tugação empírica durante as férias escolares, com a intenção de criar neles o interesse pela pesquisa. Em 1979 pedi para deixar o ensino e vim para Maputo onde integrei o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades. Aqui fazíamos a preservação do património cultural, que incluía uma componente de pesquisa. Durante o Primeiro Festival Nacional de Canto e Dança, realizado em

1980, tive o privilégio de integrar uma equipa de investigação composta por Martinho Lutero, que era musicólogo, e Martins Pereira, um jornalista, onde o meu papel era administrar questionários em quatro províncias.

Entre 1979 e 1980 fico ligado ao Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNM), com Ricardo Teixeira Duarte, que na altura estava na Universidade Eduardo Mondlane com Morais, Ana Loforte e Teresa Cruz e Silva, que faziam expedições arqueológicas. Enquanto funcionário do SNM, sou designado como comissário de uma exposição de arte moçambicana na Holanda, em Amesterdão. Era a primeira vez que saía do país, sempre me lembro disso, isso foi um choque e a responsabilidade de representar o país.

Em Amesterdão conheço o presidente da Associação de Amizade Franco-Moçambicana, Michel Samuel, que era um professor universitário. Com Ele exprimo o meu desejo de continuar a estudar. A exposição passou por Inglaterra, a convite de um ex-colega. De Londres passo por Paris e sou alojado na casa de Christian Geffray, membro da mesma Associação que mais tarde foi trabalhar no DAA. Christian trata da inscrição e Michel Samuel trata da bolsa de estudos. Em 1981 benefício da bolsa do Comité Católico Contra a Fome e para o Desenvolvimento.

Fico matriculado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais a fazer ciências sociais, com uma componente de formação em história, geografia, etnologia, antropologia, sociologia, virado sobretudo para a pesquisa. Fiz dois estágios num programa conhecido por FRAN (Formation à la Recherche en Afrique Noire).

No segundo ano passei a aluno titular e iniciei a preparar o diploma. Durante as férias aproveitava para fazer investigação em Moçambique e ao terceiro ano consegui terminar a formação. Em 1984 regressei ao Ministério da Cultura. Na altura estava-se a desenhar um projecto sobre Arquivos do Património Cultural, com a participação do Michel Samuel, que na altura como cooperante. Fui abrir o primeiro Centro Regional

em Cabo Delgado onde fico dois anos. O centro do ARPAC tinha uma componente de formação com equipas de investigação em três locais da província, nomeadamente em Chiúre, Mocímboa da Praia e uma terceira em Mueda. Em Mueda trabalhámos mais sobre olaria, em Mocímboa da Praia mais sobre barcos e sobre técnicas de fabrico de barcos, de pesca e economia marítima.

Claude Meillessoux esteve em Moçambique e esteve no Distrito de Mueda na altura da guerra. Escolhi o programa sobre economia marítima para dar continuidade aos meus estudos de doutoramento. Depois de ter defendido a Tese regresso e reintegro o Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, como Director de Estudos e Projectos.

EJ: Como é que olha para as pesquisas que são feitas nesta altura e qual era a posição e visão ideológica do Estado?

RC: Eu começaria por dizer que temos que distinguir entre prática científica da disseminação de valores ideológicos. A minha percepção é de que a ideologia não facilita o desenvolvimento da pesquisa. Há aspectos muito concretos que devem ser tomados em conta. A ciência é uma busca, a ciência não são certezas à partida. Eu acho que muita pesquisa é instrumentalizada duplamente, ideologicamente e economicamente, e isso pode pôr em causa o desenvolvimento da pesquisa que seja realmente útil.

E penso que aqui no nosso país há uma tendência para facilidades. Quando eu me ponho a reflectir sobre os trabalhos dos nossos estudantes, por exemplo, fico com a sensação de que são muito repetitivos, e o facto de serem repetitivos talvez derive dessa realidade de que as pessoas querem fazer as coisas com uma certa facilidade. O que se quer aqui muitas vezes é “despachar”.

EJ: As pesquisas que se fazem logo depois da independência, digamos anos 1980, que perspectivas é que perseguiram?

RC: (Risos) eram desenvolvimentistas também! Também eram pesquisas para instrumentalizar, não

era um tipo de pesquisa interessada em descobrir coisas novas, que pudessem ser uma grande descoberta e que dessem uma sensação de que conseguimos descobrir qualquer coisa. Faltava nelas a componente científica, interpretação crítica e por aí em diante.

EJ: Depois de regressar da França com o primeiro diploma, o que ficou diferente nas pesquisas que vai fazer em Cabo Delgado?

RC: (Risos) Fui influenciado pelos colegas e sobretudo professores da Escola Superior de Altos Estudos, que é uma escola com uma bastante componente crítica ciências sociais. Desde o início foi-se criando em mim, como paradigma para o exercício das ciências sociais e muito em particular da investigação, este sentido crítico. Devido as experiências das outras pessoas consegui uma certa autonomia estando a trabalhar em Moçambique. A pesquisa não é uma coisa simples, ela exige condições mínimas que nem sempre conseguimos tê-las, mas sobretudo exige aquilo que nós poderíamos chamar de honestidade intelectual. Não se pode fazer trabalho de pesquisa, fazendo uma selecção de tal modo que possa demonstrar o que você já sabia antes.

EJ: Faz diploma com Jean Copans, volta para o mestrado com Pierre-Philippe Rey, que também faz parte do projecto ARPAC. Os dois são da chamada abordagem marxista na antropologia, como é que se posiciona dentro desta escola?

RC: Se Pierre-Philippe Rey, Claude Meillassoux, Jean Copans e Christian Geffray, vieram sempre para Moçambique é porque havia um espaço de diálogo, apesar dos conflitos que havia entre a antropologia e o poder na altura. Os anos 1980 são o momento em que o marxismo se impõe nas ciências sociais, então todos os outros professores com quem nós tivemos relação muito mais longa, podíamos dizer também Georges Balandier e Emmanuel Terray, são desta escola. Era muito difícil de escapar. Não se tratava de uma influência ideológica porque havia uma diferença entre o que era o marxismo científico e o marxismo ideológico, e os franceses

sempre fizeram esta distinção. Não me considero marxista e nunca me considere marxista mas eu utilizava aquilo que era a contribuição do marxismo na análise das relações entre o primeiro mundo e o terceiro mundo, o problema das classes sociais, o problema da exploração. Esses é que eram os temas fundamentais da prática da antropologia marxista.

EJ: É nesta perspectiva que faz o seu trabalho, na relação dominação & resistência?

RC: É com certeza isso sim! Mas foi uma coisa que eu descobri, eu não ia com aquele preconceito de que há dominação e resistência. Encontrei elementos que me falaram de resistência, até nem vou falar de resistência, que é uma coisa histórica. Onde houver relações de dominação ou subordinação, há-de haver sempre qualquer tipo de expressão de resistência. Eu tentei ver, num certo espaço de tempo, quais são esses elementos de resistência. E trago nos meus trabalhos esta tensão entre "unidade na diversidade" e a opressão, dominação e exploração de uns grupos sobre outros. Para mim a conflitualidade é um elemento chave para analisar qualquer sociedade.

EJ: Que conflitualidades identifica hoje na sociedade?

RC: Eu entendo que hoje a grande conflitualidade que existe em Moçambique é entre sociedade civil e o resto. O resto são os interesses económicos, os poderes políticos, etc. Dito de outra forma e de uma maneira mais simples, o conflito principal parece-me estar entre a sociedade civil, portanto, a democracia, e as veleidades de controlo social da população. Se há população que não está ligada a nenhum poder político nem económico, então esses são para mim a sociedade civil, mas no concreto, nas suas relações, no seu quotidiano, parece-me ser o principal conflito. Existe uma necessidade de abertura democrática mas ao mesmo tempo aquela tentação de enquadrar as pessoas mas este enquadramento faz-se de maneira mais subtil hoje, porque é através da ideologia.

EJ: Como vê as suas influências perante uma ideologia política

socialista e uma escola marxista? E neste momento como é que se situa?

RC: Penso que esta questão é muito interessante, é interessante para nós pensarmos. A sua questão obriga-me a dizer duas coisas: não é fácil gerir esse conflito. Temos que gerir a conjuntura ao preço de muitas derrotas, derrotas no sentido de destruição até mesmo de valores pessoais. Se a pessoa não tem a capacidade, a força e, naturalmente, condições para resistir, muito facilmente esquecemos uma série de coisas e passamos de um campo para o outro sem problema nenhum. É ao preço de muita capacidade de cintura, gestão, negociação e às vezes também saber impor-se, mas quando você se impõe a alguém que tem mais poder do que você, você perde, e perde mesmo; e tem que saber isso antes, que aqui vou fazer isto ou aquilo, ou ganho ou perco, e as vezes pode perder muito. O balanço que faço da minha vida é que perdi muito por causa do respeito por alguns valores que eu achava que são valores fundamentais.

EJ: Quando oiço pessoas mais velhas a falarem, parece-me que havia um tipo de motivação que é diferente para nós. Qual é a motivação que pode acontecer para nós que estamos no início de uma carreira académica?

RC: Há duas coisas que são fundamentais: a primeira eu já disse, é saber que muitas vezes se perde, mas a compensação qual é? Vocês que estão a ser formados em antropologia têm que ter certeza que o que querem fazer é antropologia; em segundo lugar, tentar fazer antropologia de acordo com aquilo que os vossos professores dizem que é interessante, ser persistente. São por vezes pequenas coisas, o trabalho de investigação é um trabalho de acumulação de conhecimento. Mas havia uma outra dimensão que a sua pergunta contém, que era um sobre a motivação.

EJ: Sim, naquela altura com o ARPAC havia muito trabalho para fazer e fazia muito sentido, em termos até de enquadramento da própria pesquisa?

RC: Sim, estávamos motivados! Na medida das limitações do governo

na altura, tenho que reconhecer que fizeram tudo para nós fazermos o nosso trabalho.

EJ: Actualmente surge de forma recorrente uma crítica aos cientistas (sociais) pelo facto de, supostamente, não trazerem soluções para o problemas que a sociedade enfrenta. O que tem a dizer?

RC: Isso é uma falácia, o contributo dos cientistas sociais tem que estar sedimentado naquelas premissas que eu enunciei. Agora, as pessoas têm medo de debater, de discutir e vão exigir que as pessoas não tenham medo? Tem que haver debate, se não houver debate não há ideias novas, e se não houver ideias novas não há contributo nenhum, é zero! Por isso eu digo que é uma falácia no sentido em que a questão está a ser colocada ao contrário.

Não se pode exigir muitos resultados da pesquisa se não se alocam meios para a pesquisa! Eu diferencio pesquisa no verdadeiro sentido do termo de operações que consistem em entreter pessoas ou a alimentar políticas. Estou a falar da investigação no verdadeiro sentido. Para além dos anos para fazer aprovar um projecto são necessários dois a quatro anos a ser realizado. As circunstâncias do nosso exercício são estas e as pessoas têm que saber isso, têm que conhecer estes mecanismos todos e tê-los em conta no momento de emitir opinião. Quantas vezes não fazemos pesquisa com dinheiro do nosso bolso, do nosso salário?

EJ: Como é que vê a sua contribuição no DAA na formação de novos antropólogos? Como é que começa o seu envolvimento neste projecto?

RC: Quando integrei a Universidade, a tempo parcial ainda, dava aulas de Antropologia Geral no curso de História e nas Ciências Sociais na UFICS, o que era bastante limitado. Leccionávamos também no curso de Medicina e de Direito. Quando começou-se a pensar em introduzir licenciaturas na UFICS eu achei que era uma boa oportunidade para se introduzir uma formação um pouco mais longa em antropologia, com

Dois anos mais os anteriores anos de bacharelato.

EJ: Mas que tipo de antropólogos pretendiam formar?

RC: Tínhamos que criar um consenso ao nível do DAA que era o seguinte: somos moçambicanos, os nossos estudantes são moçambicanos, o terreno vai ser fundamentalmente Moçambique mas a perspectiva deve ser a mais universalista possível. Isto implicava, entre várias coisas, colaborar com outras instituições, com outros antropólogos fora de Moçambique. Foi isso que nós tentámos e até um certo ponto funcionou e continua a funcionar, talvez com menos ímpeto, com uma dinâmica mais frouxa por causa de outros motivos, outras dificuldades. Decidimos diversificar as escolas, quer dizer, não nos limitarmos a enviar todos antropólogos para fazerem formação num só país mas tentar diversificar ao máximo, que era uma forma de nós termos na prática de cada um, no comportamento de cada um, a expressão de que havia ideias diferentes sobre a Antropologia e que essas deveriam ser importantes na formação dos nossos estudantes.

EJ: Até que ponto a sua experiência com a Escola de Altos Estudos Sociais e a experiência com estes grandes antropólogos franceses foi importante no tipo de licenciatura que se vai montar?

RC: Eu vejo que a influência existe e é mais um aspecto que tem a ver com esta ideia de que a antropologia tem como método fundamental a observação participante; cada pessoa tem que ir ao terreno observar e conseguir restituir os dados, portanto, a necessidade de uma boa articulação entre a teoria e a prática, e penso que desde o início nós conseguimos isso.

EJ: Enquanto está em formação Christian Geffray está a fazer o seu trabalho de campo em Moçambique. Chegaram a trabalhar juntos no terreno?

RC: Trabalhar juntos como quem diz! Ele estava a fazer o doutoramento eu estava a fazer um pequeno primeiro diploma da Escola de Altos Estudos, mas estávamos na mesma escola. Em 1983 quando ele começa a trabalhar no Eráti, eu também vou fazer o meu

trabalho de fim de diploma sobre Eráti e ele ajudou-me bastante, vivemos na mesma palhota, comemos da mesma Xima de mandioca. Depois a nossa relação foi evoluindo à medida que eu ia crescendo.

EJ: Em termos de trabalho no terreno, o que mais o teria marcado na forma de trabalhar mesmo considerando que o trabalho de campo não se ensina?

RC: Não se ensina. Pratica-se! Um dia estávamos numa aldeia chamada Mugele, no Eráti. Tivemos que ir a Nampula acho que para fazer compras, e fomos numa motorizada que a Embaixada da França ofereceu ao DAA. Pelo caminho disse-me assim: “sabes Rafael, o que nós estamos a viver aqui é o que qualquer estudante europeu gostaria de viver”. Agora estou a tentar ver vocês a fazerem pesquisa de bicicleta ou de mota também (risos) ou a pé.

E a outra coisa que muito me impressionou no quotidiano de Christian era a força, o rigor na organização que ele tinha. Enquanto ele estivesse no campo não tinha tempo a perder, Ele tinha o programa muito bem detalhado, todos os dias de manhã até à noite a trabalhar. Não havia momentos de ócio, passava a vida sempre a fazer fichas; o trabalho de campo é um trabalho intenso.

EJ: Esta sua experiência de andar de aldeia em aldeia, que aspectos é que o marcaram? Quais eram as maiores dificuldades do trabalho de campo nessa altura?

RC: Bem, já faz um bocadinho de tempo mas lembro-me, sobretudo quando eu estava a fazer o meu trabalho para a tese de doutoramento. Um dos grandes problemas que eu tive que enfrentar é o contexto de guerra, com muitas dificuldades materiais e sobretudo problemas de transporte. Era muito difícil fazer-se um programa de deslocação para um ponto sem ter garantias de que haveria condições para lá ir. Pedíamos boleias aos camionistas e lojistas, aos carros de organizações humanitárias e muitas vezes tivemos que ir a pé de um lado ao outro ou de tractor. Outra dificuldade era inerente ao próprio trabalho de campo, habituar-se ao



Rafael da Conceição numa secção de autógrafos

tipo de comida local, temos que nos habituar aos ritmos do local que são mais lentos, então por vezes criava-se uma certa frustração mas era preciso compreender que é assim e a gente não pode forçar as pessoas a ter o nosso ritmo.

Eu aprendi um conselho do Claude Meillessoux, que dizia que no campo deves ser o primeiro a cumprimentar ao camponês e não ele a si. Não pensar que você é mais do que ele porque você estudou, porque é investigador, porque isso complica muita coisa. Relativamente à alimentação, o velho Professor dizia: “Você quando está lá tem que comer o mesmo que as pessoas comem” mas o grande problema são outros hábitos, outras maneiras de preparar, são outros produtos, etc. Outro problema é a água e tive alguns problemas graves com a água por causa das doenças. No trabalho de campo é preciso gerir uma outra dimensão, a desconfiança que as autoridades administrativas têm como princípio e muitas vezes pensam que a pessoa está a fazer uma espécie de espionagem, mas também, intromissão, digamos, a afectar um pouco as redes sociais locais, pôr em causa os poderes locais. Para se fazer uma pesquisa independente, não se pode estar dependente das pessoas da administração, o pesquisador tem que procurar os dados à sua maneira, mas também aí o equilíbrio é um

pouco difícil de se conseguir com as autoridades locais.

EJ: Nos anos 1980 ganha corpo uma crítica à dimensão etnográfica da pesquisa, um questionamento de certa forma abana a identidade própria da antropologia. Como é que olha para esta questão, qual é o seu posicionamento em relação a isso?

RC: Em relação a estes aspectos epistemológicos tenho a dizer o seguinte: como tudo, com o tempo as coisas vão mudando, então, queria dizer com isso que a antropologia foi também mudando sob efeito de vários factores. Dizer também que para a antropologia ou etnologia e etnografia a crítica é sempre uma coisa boa, porque questiona, é uma forma de questionar algumas práticas e algumas coisas, alguns princípios, alguns valores o que leva a redefinir as práticas.

A dificuldade que me parece ser específica à antropologia é que a antropologia tem por base a descrição, o que dá campo para que haja uma discussão sobre objectividade e subjectividade. Mas tal como as outras ciências sociais a antropologia pratica-se naquilo que chamam de “aldeia global”, num mundo global sujeito a múltiplas influências.

CM: No tratamento dos dados da tese de doutoramento alerta-nos que as fontes escritas não devem ser tratadas como se fossem bíblias.

RC: Os dados escritos são fiáveis, à primeira vista são mais fiáveis do que os dados orais porque os dados orais alteram-se porque não estão fixos e podem ser manipulados mais facilmente do que os escritos. Isto temos que reconhecer. Mas, compreenda uma coisa, se eu escrever um erro, e da maneira como nós funcionámos aqui no país, onde nos repetimos todos, quantas vezes esse erro não é repetido e não passa a ser verdade?

Então eu chamo atenção para a necessidade de se fazer uma análise do próprio documento, em termos do contexto em que foi produzido, o objectivo para que foi produzido e quem ia consumir.

CM: O Professor faz uma construção histórica, muito particularmente

das sociedades costeiras, os contactos com os Árabes e faz também uma confrontação com as pessoas com quem conversou.

RC: Nota-se que há diferença porque, afinal, a tradição oral é uma coisa que é reconstruída permanentemente de acordo com as dinâmicas, as circunstâncias e objectivos num preciso momento, mas tudo é manipulável, quer umas quer outras. Temos é que ter a obrigação de sermos o mais objectivo possível, mas objectividade não implica deixar de lado a capacidade de análise, portanto, a subjectividade que intervém também no processo de análise. Você diz, eu estou convicto disto e uma convicção é uma convicção. Mas uma vez que demonstrou com dados, a sua convicção está em relação com os dados, quer dizer, pode ser perdoado mesmo se for um erro.

EJ: Quanto à Antropologia em Moçambique, sente o país suficientemente estudado? Como é que olha para a pesquisa já feita sobre Moçambique e a sua qualidade?

RC: Eu devo dizer que tendo em conta os meios, recursos, quer humanos, quer materiais, tem havido um grande esforço para que o país seja constantemente etnografado. Naturalmente que há no meio de tudo isso algumas dificuldades que não permitem que seja mais. Então tudo é uma questão de nós sermos razoáveis na nossa apreciação do que existe e do que não existe. Eu dizia há bocado que também é uma etnografia diferente, que tenta também captar as dinâmicas mais actuais. Portanto, penso que a tendência é de fazer menos de etnografia histórica e mais a etnografia do presente.

EJ: Tendo em conta o projecto de formação em Antropologia, como olha para o percurso dos estudantes já formados?

RC: Tenho uma pequena opinião em relação a isso mas sou suspeito, para dar essa opinião. Mas o facto é que dos primeiros estudantes que formámos na UEM, na UFICS, todos aqueles que foram estudar fora foram reconhecidos como pessoas com bases muito sólidas. Então, aí não sou eu a opinar,

estou a ouvir o que os outros dizem. Outro facto é que muitos de vocês que foram fazer os mestrados fora tiveram bons rendimentos, voltaram e continuam a trabalhar, a dar o vosso esforço para que o projecto de antropologia siga em frente. Então, de uma certa maneira estou satisfeito, mas há um senão, é que há muito desperdício também. Mas creio que a análise desse fenómeno é um pouco mais complexa.

Estas tendências de diminuir o tempo de formação quando antes já nós dizíamos que não era suficiente para criar bases sólidas. Facilitar uma série de outras coisas, como provas que os estudantes devem dar, no fim de tudo vai nos criar um certo pessimismo. Há momentos, confesso, que penso que não vamos ter antropólogos como aqueles que formamos na fase inicial.

EJ: Considera que houve um retrocesso?

RC: Creio que sim! Se eu tiver que dizer uma coisa taxativa posso dizer que sim, está a haver um retrocesso porque há políticas que não estão assim muito claras para mim.

EJ: Refere-se às reformas actuais?

RC: Primeiro, uma das coisas que nunca gostei é de reformas constantes, que criam uma desestabilização até no cérebro das pessoas, sem falar dos próprios professores. Vamos pensar só nos próprios estudantes, programas que estão a mudar constantemente, quer dizer, não se dá tempo para medir os resultados.

CM: Para ser mais objectivo e concreto, o que é que isso pode significar em termos de desenvolvimento da antropologia e de sua afirmação em Moçambique?

RC: Vocês têm de ter consciência que têm menos anos, menos um ano do que aqueles que estavam lá antes, e em um ano reduz-se tempo de contacto entre os professores e os estudantes, o contacto com os textos, com os livros, que é isso que funda uma personalidade. Porque trata-se de um mundo, de uma série de relações. Por isso as pessoas deviam ter muito mais tempo para ler! Posso estar enganado mas considero que conta mais o tempo que as pessoas têm para ler e tentar

escrever do que o tempo que ficam aí na conversa com o professor. Nós não tínhamos esse tipo de problemas, para nós estava muito claro quando estudávamos: fazer fichas de leitura, procurar o professor para com ele discutir e assim continuar. Agora quando se reduz o tempo naturalmente que se reduzem as possibilidades de tudo isto. Depois há outro aspecto, é que o próprio professor também não se sente muito cómodo porque precisa de tempo para fazer pesquisa, procurar textos, ler textos.

EJ: Gostaria que fizesse um balanço das suas publicações desde 1989 até hoje.

RC: A maior parte das minhas publicações são exercícios muito claros de aprendizagem, sobretudo metodológica, apesar da diversidade dos temas. Então, no caso de Eráti era o problema de querer ver as relações sociais *in loco* e utilizar teorias antropológicas básicas. A partir daí fiz outros trabalhos, trabalhei um pouco sobre cooperativas, uma pesquisa encomendada pela OXFAM, da Grã-Bretanha, e foi sobre Mocímboa da Praia e Palma. Paralelamente a isso fui fazendo outros trabalhos no mesmo período, então já temos dois tipos de trabalho diferentes.

EJ: Nota-se a partir de algum momento uma viragem para questões identitárias. Quando é que descobre o interesse sobre questões identitárias?

RC: Convenci-me que havia denegação da identidade. Do género: todas as populações de Cabo Delgado são Maconde. Podemos utilizar outros exemplos dentro do país, como o facto de dizer que em Nampula são todos Macua. Quer dizer, esta falta de conhecimento mínimo sobre as realidades sociais, tribais, étnicas, por um lado, e, por outro lado, tentava-se manipular antigos conflitos étnicos para gerir de boa maneira as relações entre grupos distintos. De uma maneira geral não se reconhecia as diferenças por causa da grande questão da unidade nacional, nunca foi possível a muita gente compreender que Moçambique é um Estado com várias nações, portanto, com várias tradições, com várias culturas. Eu estou convencido

disso até hoje, mas não quero tocar no sacro santo princípio de que Moçambique deve estar a dormir por cima de uma unidade nacional, eu penso que a unidade faz-se a outros níveis.

EJ: Quais seriam esses níveis a seu ver?

RC: Eu penso em objectivos concretos, um espaço geográfico que é comum, regras comuns, o que implica o desenvolvimento da cidadania, considerar todos como tendo os mesmos direitos e os mesmos deveres. Isso é que é para mim a unidade nacional. Unidade nacional não significa necessariamente identidade nacional. Podemos falar do “delírio” da identidade nacional. Na realidade todas as nações constroem-se da mesma maneira: pela integração.

EJ: Quais são as implicações de se analisar questões identitárias sob o ponto de vista do conflito?

RC: Muitos podem pensar que se está a atirar o fogo. Esta discussão sobre identidade, esta tentativa de cada pessoa ver resolvido o seu problema de identidade, é uma coisa que existe em qualquer ser humano. Agora, isto não implica que ao se valorizar uma identidade está-se a desvalorizar a outra, é aquilo que eu dizia, penso que é uma questão de nós partirmos do princípio de que existem identidades múltiplas de acordo com os contextos, e o que é decisivo neste caso é o contexto político.

EJ: No seu texto sobre democracia e identidades culturais qual era o argumento principal?

RC: Eu estava a questionar primeiro, o próprio conceito de democracia, sobretudo aplicado às realidades africanas e tentar compreender a relação que existe entre a democracia ou a sua ausência com os poderes locais, portanto, autoridades tradicionais, organizações de camponeses, essas coisas, em poucas palavras era isso.

EJ: Como é que olha para as reformas até aqui adoptadas na administração estatal?

RC: Com toda franqueza, acho que esse caminho foi o melhor, porque tínhamos o Estado demasiadamente centralizado.

EJ: Como é que gostaria de ver as

suas ideias, as suas perspectivas, a sua visão ou modelo de analisar a sociedade a serem seguidos?

RC: Penso que nesse processo todo estamos sujeitos àquilo que eu chamaria de necessidade de escolher entre a honestidade intelectual e a desonestidade. Uma das coisas que me cria muitos problemas é o facto de certos intelectuais sentirem-se obrigados a estarem, se fosse possível, todos os dias nas rádios, nas televisões. E eu pergunto, que tempo é que lhes resta para pelo menos pensarem sozinhos, em silêncio em questões fundamentais? Outra coisa importante é a coragem de quebrar aquilo que nos prende como cidadãos e construir cada vez mais espaços de liberdade, a liberdade individual. Naturalmente que há influências, depois as relações com o grupo, etc.. Não podemos esquecer também que qualquer profissão é complicada, é difícil. Não é difícil se a gente não quer fazer bem as coisas, por isso que são fundamentais as três coisas. Por outro lado, o conhecimento não é uma coisa acabada, vamos tendo um pouco mais de experiência por causa da idade mas há muitas coisas que a gente não consegue saber, enquanto que vocês mais jovens até podem chegar mais depressa do que aqueles que são mais velhos.

EJ: A terminar, o que é que o tira sono? O que é que o deixa mais preocupado?

RC: Sabem o que é que me tira sono? É eu não ser capaz de materializar os meus projectos pessoais, não ser capaz de escrever, e ver que os meus alunos não fazem esforço para também fazer o mesmo. Encontramos dois pés fracos, por vezes, e isso por vezes cria alguns problemas, digamos morais, intelectuais, éticos e deontológicos. É não conseguir fazer sempre que quero algumas coisas e muitas vezes também por culpa própria. Então se eu também estou assim coxo de vez em quando, não tenho forças para criticar aqueles que são mais jovens, mais novos, que também dão sinais de que estão a coxear, mas o que conta na vida para mim é isso, todos os dias saber o que é que fiz e o que é que vou fazer.

Albino Jopela apresentou uma comunicação intitulada "**Conservation of cultural heritage in central Mozambique: a case study of the traditional custodianship of rock art sites in Manica District**" no Colóquio Internacional *La vitalidad de las voces indígenas: arte rupestre del contacto y en sociedades coloniales* decorrido na cidade de Oxaca, México, de 26 a 30 de Abril de 2010 [http://www.esteticas.unam.mx/oaxaca/actividades/descripcion/coloquio_voces.html].

Resumo

A comunicação é baseada numa pesquisa levada a cabo em algumas estações arqueológicas do Distrito de Manica, na Província de Manica e analisa-se a forma pela qual as pinturas rupestres têm sido tradicionalmente geridas pelas comunidades locais.

A discussão é centrada na Custódia Tradicional de sítios (estações arqueológicas) com pinturas rupestres como estratégia para a gestão do património cultural. A pertinência desta pesquisa deriva do facto de que apesar do reconhecido valor arqueológico e cultural atribuído às estações com pinturas rupestres em Moçambique, as mesmas se têm debatido com vários problemas criados pela Natureza e pelo Homem, tornando incontornável a necessidade de adopção de estratégias eficazes para a gestão deste património arqueológico.

Assim, no contexto da problemática da gestão do património cultural e arqueológico, afigura-se pertinente reflectir em que medida os sistemas tradicionais de gestão podem contribuir para uma gestão efectiva e sustentável do património cultural, mais concretamente das pinturas rupestres. A inclusão dos sistemas de custódia tradicional nas estratégias 'modernas' de gestão do património cultural permite: (i) inverter a 'tradicional' ten-dência de se conceber modelos de gestão a partir do topo e tomar como base os conhecimentos e as práticas das comunidades; (ii) elaborar planos de gestão de pinturas rupestres que integre elementos do sistema tradicional de gestão já existente nas comunidades; (iii) desenvolver uma estratégia de gestão conjunta ou co-gestão, onde os conhecimentos sobre técnicas tradicionais e modernas de gestão de património se fundem.

Albino Jopela publicou o artigo "**Towards a condition monitoring of rock art sites: the case of BNE 1 in Free State Province, South Africa**" no periodico *Journal of South African*

Archaeological Bulletin (vol. 65 (191): 58–66, 2010).

Resumo

A gestão de bens do património cultural, caso de locais com pinturas rupestres, implica o acompanhamento (monitoria) contínuo das mudanças do estado físico do sítio e do seu ambiente envolvente. A monitoria garante que as alterações resultantes do processo de degradação do local ao longo do tempo sejam registadas e controladas.

Nesse sentido, a monitoria é uma etapa crucial em qualquer processo de conservação e gestão de bens patrimoniais, pois permite aos gestores do património identificar os sintomas dos problemas, diagnosticar as suas causas e desenvolver estratégias de conservação adequadas para sítios. A monitoria é, portanto, uma ferramenta indispensável para os gestores de bens do património (sítios com pinturas rupestres), em sua permanente acção de mitigar a degradação Natural ou Humana dos bens patrimoniais.

Este artigo debruça-se sobre os desafios da monitoria de sítios com pinturas rupestres tomando como exemplo a monitoria do estado de conservação da estação de BNE 1 (sítio com pinturas rupestres) no Distrito de Clocolan, Província de Free State, África do Sul. O uso combinado de diferentes métodos e técnicas para a análise de dados: imagens fotográficas digitais históricas (desde 1940) e recentes (1996 e 2007), formulário de registo do estado de conservação do sítio, bem como os programas de computador (software) Adobe Illustrator Creative Suite 3 e ImageJ, permitiu documentar, monitorar e avaliar o estado de conservação do sítio. Os métodos e técnicas usadas para a monitoria de sítios com pinturas rupestres apresentados neste artigo constituem um contributo válido para a preservação de bens patrimoniais como os sítios com pinturas rupestres não só na África do Sul mas também em outros países da região Austral como é o caso de Moçambique.

Carla Teófilo Braga, doutoranda na SUNY (State University of New York), apresentou a comunicação "**Espaços, Lugares, Cores e Pacientes Invisíveis: Mudanças nos Cuidados de HIV/SIDA em Moçambique**" no 108º Congresso da Associação Americana de Antropologia decorrido em Filadelfia, EUA, (2-6 de Dezembro de 2009), participação por convite da Sociedade de Antropologia Médica.

A comunicação sugere, sob influência de Michel Foucault, que no âmbito da

'integração' dos cuidados e tratamento do HIV/SIDA na província de Manica a redistribuição do espaço constituiu uma crucial tecnologia de poder. Neste processo as necessidades e opiniões dos pacientes foram em grande medida subordinadas à redistribuição espacial e de outros recursos, assim como à modificação de formatos, cores e outras características de objectos e instrumentos burocráticos.

Elisio Jossias fala de Cultura, Identidade (nacional) e globalização

Dois comunicações sobre a mesma temática apresentadas durante o Festival Cultural Universitário, UEM, no dia 11 de Junho de 2010 e no dia 23 de Setembro de 2010, perante os estudantes do recém-criado Instituto Superior de Arte e Cultura.

As comunicações versaram sobre a possibilidade de atribuir um significado ao termo "cultura" e no questionamento dos critérios usados para definição de "produtos culturais tipicamente moçambicanos" ou "genuinamente moçambicanos", articulando estes pressupostos com os discursos sobre desenvolvimento, identidade (nacional) vs. globalização.

Danúbio Lihave participou no Workshop Internacional "**Os PALOP no ICS: Objectos e Metodologias**", coordenado por Marzia Grassi, com uma comunicação intitulada: "**Sob o rumor do rodado de ferro: percursos, auto-identificações e crenças socioprofissionais, entre os maquinistas moçambicanos**". O evento decorreu na Universidade de Lisboa, no dia 5 de Novembro de 2009. O texto apresentado vai fazer parte de um livro a ser lançado pela Imprensa de Ciências Sociais (Lisboa) ainda em finais de 2010.

Margarida Paulo, docente e investigadora do DAA e **Inge Tvedten**, investigador sénior do CMI - Christian Michelsen Institute da Noruega e Minna Touminem pesquisadora da AustralCowi em Moçambique, fizeram uma apresentação com o título "**Género e Pobreza no Norte de Moçambique**" durante o seminário organizado pela Embaixada da Noruega, no dia 3 de Junho de 2010. A comunicação aborda as diversas formas que as mulheres encontram no interior e no litoral da província de Nampula para sair da pobreza. A comparação tem em vista olhar para as mais valias oferecidas por cada área geográfica, tendo detectado a diferença de oportunidades de fazer negócios entre o litoral e o interior com maior vantagem para esta última. Outra participação da Margarida Paulo sobre a mesma temática, ocorreu durante o seminário da Sociedade Civil

em Moçambique, também organizado pela Embaixada da Noruega, isto no dia 15 de Setembro de 2010. A comunicação aborda as diversas formas que as mulheres da província de Gaza encontram para sair da pobreza em situações em que maior parte vive sozinha porque os maridos encontram-se ausentes muitos deles na África do Sul ou devido a morte.

José Pimentel Teixeira apresentou a comunicação "*Um ordálio de composição social*" na conferência *Mecanismos Estatais e Não-Estatais de Justiça e Segurança Pública: A Dinâmica do Pluralismo Jurídico em Moçambique*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança e Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais (Maputo, 28-30 de Abril de 2010).

A comunicação apresentou um caso etnográfico observado em meados da década passada na província de Cabo Delgado, relativo aos processos de purificação aldeã particulares ao período de pós-guerra, e realizados por curandeiros provenientes de outras províncias, intitulados "namparama". Através da reflexão sobre o caso em explanação procurou-se reflectir sobre o espectro das acções tendentes à resolução dos conflitos sociais. A hipótese em causa é uma perspectiva que intenta alargar a conceptualização de campo jurídico e, como tal, exige uma renovação das abordagens actuais à questão do pluralismo jurídico.

Esmeralda Mariano apresentou a comunicação "*Processos de trans-missão dos saberes na medicina tradicional: seu reconhecimento e aceitação*" no seminário sobre *Adivinhação e Cura em Moçambique: Curandeiros e Hospitais*, que decorreu no dia 20 de Maio de 2010 e organizado pelo Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.

A comunicação centra-se nas experiências específicas de mal-estar que indicam ao indivíduo a necessidade de formação como médico tradicional e como meio de cura do seu problema. Argumenta-se que diferentes tipos de cuidados de saúde implicam a existência não só de múltiplas concepções sobre saúde e doença mas também de variadas técnicas e formas de tratamento e de cura do corpo biológico e social.

Para a autora o conflito entre a biomedicina, como um sistema de saúde politicamente dominante, e a medicina tradicional, com o seu vasto ecletismo e sincretismo, reflecte a tensão cultural entre o tradicional, o moderno e pós-moderno.

Como conclusão afirma que o saber terapêutico tradicional que utiliza o poder

e força dos espíritos dos antepassados, adquirido e transmitido por meio dum processo formativo e de iniciação, baseado na oralidade, configura-se diferente do paradigma biomédico. É aí onde a autora encontra a razão do sistema biomédico oficial ser ainda relutante em reconhecer o

papel terapêutico deste, apesar do facto de grande parte da população moçambicana o reconhecer e aceitar. Os praticantes da medicina tradicional têm uma visão holística do mal-estar, das aflições físico-espirituais, centrando-se sobre o indivíduo como um ser social e colectivo.

Recensões

CONCEIÇÃO, A. Rafael da, 2006, *Entre o Mar e a Terra: Situações Identitárias do Norte de Moçambique*. Maputo: Promédia (Colecção Identidades)

Por: **Carlos Matusse** (estudante do 2º ano do curso de Antropologia)

A obra é um contributo da Antropologia em Moçambique na actualidade. O prefácio é da autoria do sociólogo Carlos Serra e o posfácio da responsabilidade do escritor e historiador João Paulo Borges Coelho e a publicação é da chancela da PROMÉDIA.

O autor começa por mostrar que a zona costeira de Cabo Delgado sofreu, durante o século XVI, a influência das grandes correntes que atravessaram a África oriental sendo por isso situada no espaço de influência suáli.

Na sua contextualização, o autor situa o século XVI como período em que ocorrem, por influência da expansão portuguesa, novas dinâmicas que intervêm para distinguir as sociedades costeiras de Cabo Delgado de outras situadas na costa oriental de África.

Pela importância que as sociedades costeiras de Cabo Delgado assumem nas trocas, elas apresentam-se como objecto e sujeito de transformações, do ponto de vista económico, político e social, como refere Da Conceição.

O autor vê a história da colonização como um antagonismo secular para as populações costeiras, em que o Islão assumiu lugar de destaque, cuja consequência foi o conflito com o Estado que, segundo o autor, tendia a marginalizar as comunidades costeiras islâmicas.

Sob a dialéctica da conflitualidade, através da combinação das abordagens histórica, estruturalista e marxista, o autor procura analisar, nas dimensões espaço e tempo, os processos identitários das sociedades costeiras de Cabo Delgado, num contexto histórico de construção de um Estado-Nação e de uma identidade nacional em Moçambique.

No fenómeno da construção da identidade nacional é onde reside uma das questões fundamentais tratadas na obra, cuja expressão "unidade na diversidade" é representativa desta imagem, se aludirmos às comunidades costeiras como entidade singular, por um lado, e a construção de uma identidade nacional, como um todo, por outro.

No seu trabalho de análise dos elementos de conflito entre as sociedades costeiras e o Estado, o autor não perde de vista a distinção entre as primeiras e as sociedades continentais, fundamentalmente agrárias. Esta distinção é importante, na medida em que permite reflectir sobre as relações de alteridade, primeiro, entre as comunidades "estrangeiras" e as costeiras de Cabo Delgado no sentido amplo, e as relações de alteridade intrínsecas às sociedades costeiras e as continentais, especificamente.

O autor conclui que se, por um lado, no século XX o poder colonial se consolida, os costeiros são excluídos do protagonismo político e económico que o defunto comércio de escravos proporcionava. Por outro, com o fim do colonialismo e a chegada da independência, e com o engajamento dos camponeses no poder político, confirma-se definitivamente o afastamento das sociedades costeiras do protagonismo histórico, a auto-exclusão e o fecho em si mesma, no ostracismo.

Em última análise referir que João Paulo Borges Coelho, no posfácio, realça a interdisciplinaridade, a capacidade de articulação de várias ciências no estudo realizado pelo autor, Carlos Serra elucidados, no prefácio, que a obra "*Entre o Mar e a Terra*" representa "um dos momentos mais altos das ciências sociais moçambicanas".



Programa **Desafi**

Programa de Desenvolvimento em Saúde Reprodutiva, HIV/SIDA e Assuntos de Família através de Investigação Multidisciplinar Inter-universitária
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Universidade Flamengas, Bélgica



Tema Central: “Saúde Reprodutiva e HIV/SIDA”

Cinco Projectos com Temas Específicos

